

# EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA

Um jornal mensal do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

Ano 1 - Número 6 Edição Especial - Novembro e Dezembro 2009 SINSEPEs



**EU VOLTEI!**

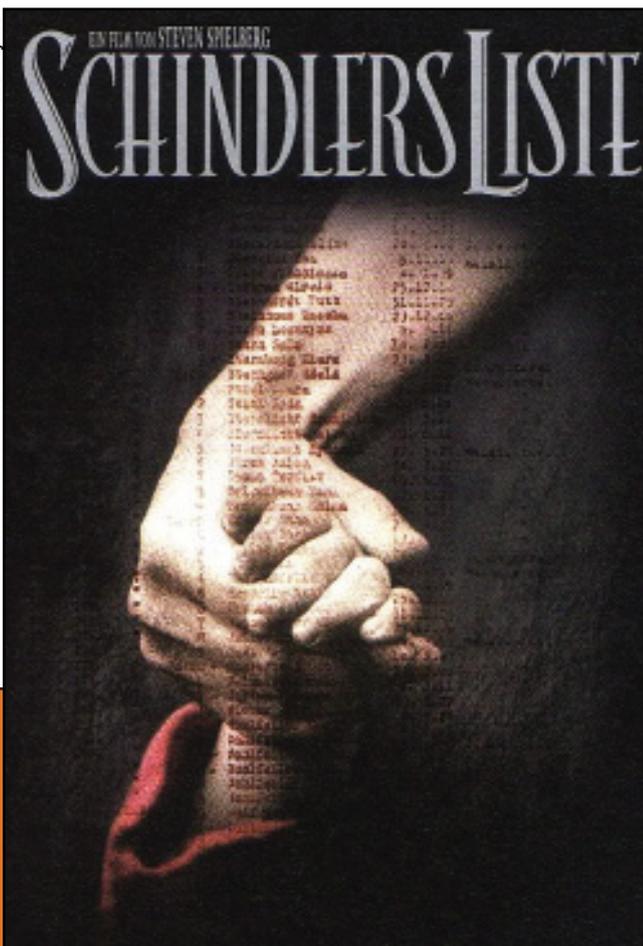


FOTOS LEO LAPS

## FEDERALIZAÇÃO AVANÇA pg. 3



REPRODUÇÃO



## Desastre completa um ano pgs. 8 e 12

## Situação dos servidores pg. 2

## CONSCIÊNCIA NEGRA

CHARLES STEUCK



# Na luta por uma verdadeira democracia racial

Semana do dia 20 de novembro foi marcada, em Blumenau e região, por apresentações de grupos de samba e chorinho, capoeira, orixás, entre outros

**Lenilso Luis da Silva**

Presidente do Movimento Consciência Negra de Blumenau Cisne Negro

**N**ovembro é o Mês da Consciência Negra. Esse período nos chama a uma reflexão acerca do nosso papel enquanto seres humanos e cidadãos. Dezenas de marchas, debates e palestras ocorrem de Norte a Sul do país.

O Dia da Consciência Negra (20 de novembro) toma proporções gigantescas e merecidas, pois 700 municípios brasileiros comemoram essa data com feriado. Data que expressa a morte de Zumbi dos Palmares, líder negro que resistiu à escravidão. Zumbi foi e é um personagem histórico que representou a luta do negro contra a escravidão. Ele morreu em combate, defendendo seu povo e sua comunidade. Os quilombos representavam uma resistência ao sistema escravista e também um forma coletiva de manutenção da cultura africana no Brasil. Zumbi lutou até a morte por esta cultura e pela liberdade do seu povo. 20 de novembro é uma data significativa, pois serve como um momento de conscientização e reflexão sobre a importância da cultura e do povo africano na formação da cultura nacional. Os negros e negras colaboraram muito, durante nossa história,

nos aspectos políticos, sociais, gastronômicos e religiosos de nosso país. É um dia que devemos comemorar nas escolas, nos espaços culturais, nas praças, valorizando a cultura afro-brasileira.

A “abolição” da escravatura, de forma oficial, só veio em 1888. Porém, a população negra resiste e luta contra a opressão e as injustiças geradas pela escravidão até hoje. Luta que, no Brasil, nos faz lembrar a batalha travada entre abolicionistas, que queriam a liberdade dos negros, e os escravocratas, que lutavam para perpetuar o regime de escravidão.

O Brasil, lamentavelmente, foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravatura. Aqueles que lutaram pela liberdade são lembrados hoje, pela nossa história, em verso e prosa. Já os contrários tiveram seus nomes apagados por suas trajetórias que envergonham todo o povo brasileiro.

A população negra corresponde cerca de 45% da população brasileira. Destes, 64% (ou 58 milhões) estão na linha da pobreza e apenas 4%

conseguem ingressar na universidade, com apenas metade concluindo os estudos. As mulheres negras ganham três vezes menos que um homem branco. Cerca de 63% das crianças que trabalham indevidamente são negras, 52% dos domicílios ocupados por famílias negras não possuem saneamento básico, a taxa de analfabetismo atingem 15% da população negra.

O racismo existe e deve ser combatido. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo mostrou que grande parte dos brasileiros (87%) admite que há discriminação racial no país, mas apenas 4% da população se considera racista.

Dados como estes desmascaram a falsa ilusão de democracia racial.

Sabemos que muito falta para que, efetivamente, consigamos reduzir a disparidade no campo da discriminação racial, porém já conquistamos algumas vitórias:

- A criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), que a partir de 2002 tem colocando na agenda na-

cional ações de reparação visando incluir os povos marginalizados há décadas, promovendo conferências regionalizadas para perceber a realidade étnica no Brasil;

- O Programa Brasil Quilombola, que garante direito à terra aos remanescentes de quilombos;

- Implantação da Lei número 10.639, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira;

- Implantação do Conselho e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial;

- Tombamento do Samba como patrimônio imaterial do Brasil.

Nós do Movimento de Consciência Negra de Blumenau Cisne Negro sabemos que as disparidades são muitas e os desafios ainda maiores, mas não podemos fraquejar. A luta não acabou com a assinatura da Lei Áurea. Ali tivemos uma vitória e o início de uma nova batalha. Sim, porque a “liberdade” foi conquistada, mas não os direitos.

É hora de o Brasil enfrentar o câncer do racismo para obter a democracia plena. Retroceder para corrigir os erros do passado é impossível. Mas é possível inaugurar um novo ciclo no presente, que leve a um outro desfecho no futuro, realizando o sonho de um Brasil unido na diversidade feita de Justiça e cidadania para todos.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostrou que 87% dos brasileiros admitem que há discriminação racial no país, mas só 4% da população se considera racista

NOTAS SOBRE  
LITERATURA  
CATARINENSE

# Mazelas de uma “epopeia”

VIEGAS FERNANDES DA COSTA

Editor do Sarau Eletrônico ([www.bc.furb.br/sarau eletronic](http://www.bc.furb.br/sarau eletronic)), da Biblioteca da Furb

A literatura em Santa Catarina tem como tema recorrente a imigração. Se comparado ao resto do país, o território catarinense foi alvo de um projeto de colonização bastante tardio e plural, e muitos foram os povos incentivados a ocupar este território desde o Século 18, provindos principalmente do continente europeu. Ou seja, a miséria na Europa e a proliferação dos sem-terras era o estímulo que empurrava alemães, italianos, poloneses, ucranianos, portugueses, libaneses, dentre outros, para o meio da selva a fim de lavrar o solo e afrontar os nativos, buscando melhores condições de vida, a posse da terra e a segurança material. Afronta esta que derramou muito sangue e quase exterminou povos e culturas como a Kaingang e a Xokleng, povos que agora procuram resgatar seus valores, língua e cosmologia.

Neste contexto, a literatura praticada em Santa Catarina, enquanto manifestação social do seu tempo, reflete esse processo de ocupação do território a partir de determinados olhares. Ou seja, é uma literatura comprometida com uma concepção de civilização própria, com um olhar próprio que nasce no bojo de identidades culturais específicas, ou ainda, que reflete a interpretação de cada corrente migratória sobre a sua história. Escritores nascidos no interior de núcleos culturais germânicos escreveram sobre a imigração germânica, o mesmo acontecendo com os escritores nascidos ou criados dentro de outros núcleos, constituindo, na maioria dos casos, uma literatura epopéica e ufanista.

Recentemente alguns autores catarinenses vêm se destacando no cenário nacional. É o caso, por exemplo, de Salim Miguel, com o livro *Nur na Escuridão*, em que aborda a imigração libanesa, e da escritora Urda Alice Klueger, cujos romances enfocam o cotidiano dos colonos de ascendência germânica. Sobre esta autora, no entanto, há de se fazer uma ressalva. Ela mesma fruto da miscigenação, trabalha nos seus romances a mistura étnica, destoando assim do coro de escritores que criam personagens e enredos etnicamente “puros”, ou seja, sem a mistura com outros povos e identidades culturais. Em seu romance *Cruzeiros do Sul*, por exemplo, Urda Klueger aborda a formação do “povo catarinense” como resultado do encontro de muitos povos, de muitas culturas, e apresenta o estado de Santa Catarina como um grande caldeirão cultural, indicando aí uma influência dos estudos de Gilberto Freyre na sua ficção. Também Almiro Caldeira (1921-2007) abordou o tema da imigração, porém sobre o enfoque da presença açoriana, a partir da publicação de sua primeira novela, *Rocamaranhanha*, cuja 1ª edição data de 1961.

*Rocamaranhanha* aborda as reações do povo açoriano frente ao tratado do rei português D. João V, que regulamentou e promoveu o processo de transferência de milhares de açorianos para as terras do Sul do Brasil durante o Século 18, e as dificuldades e desmandos experimentados pelos imigrantes no interior dos navios que os trasladaram pelo Atlân-

*Rocamaranhanha*, de Almiro Caldeira, não procura construir uma “idade do ouro”, pelo contrário, mostra claramente as carências dos açorianos e a desorganização administrativa portuguesa

tico. O eixo que norteia o enredo é o romance de Duda e Nanda. Porém, talvez o que mais importa nesta obra é justamente o trabalho de humanização dos personagens anônimos da migração açoriana, seu cotidiano e mentalidades.

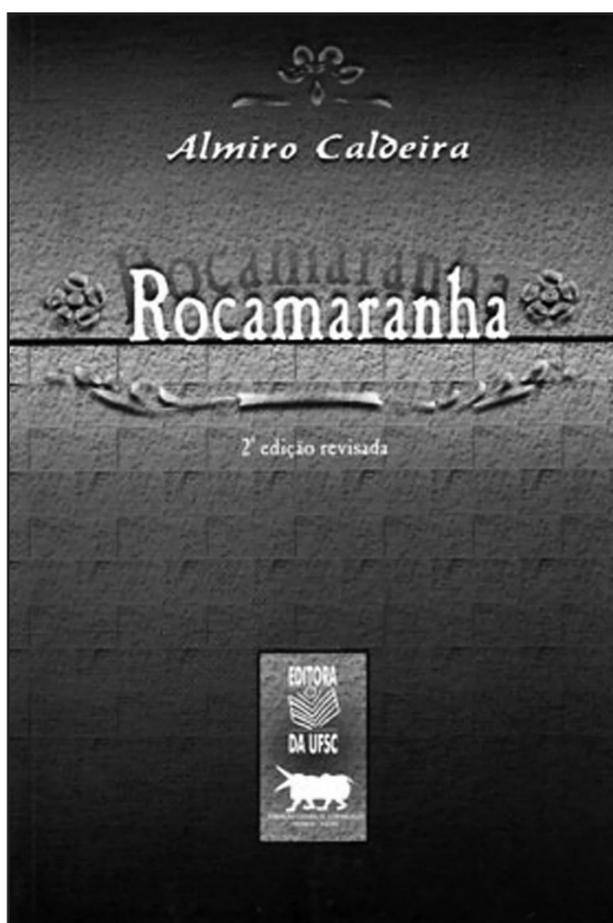
Já nas primeiras páginas percebemos um conflito de gênero que nos dá uma idéia do papel da

esposa açoriana. Ao saber do tratado de D. João V, Ricardo, um dos personagens, desejoso de tentar melhor sorte no Brasil, tenta convencer a esposa a aceitar a viagem, mas cabe a ela a última palavra, a de não migrar, a de não abandonar o solo onde nasceu, ainda que com todas as dificuldades que neste havia. Não dissemos, mas quando Portugal decide

por incentivar a emigração dos açorianos, o arquipélago dos Açores vivia a realidade do superpovoamento e da carência de alimentos. Cabia assim à esposa uma decisão que afetaria todo o futuro da sua família, e não uma posição de submissão à vontade do marido. Também é interessante observar o efeito do determinismo religioso sobre a ação das personagens. Ao ser questionado pelo filho dos motivos pelos quais também eles não migrariam, Ricardo responde: “Deus Nosso Senhor quando nos colocou aqui foi sem mais aquela? Não faz ele tudo bem medido e pesado? Então é de ver que tinha lá um propósito, pondo a gente a viver neste canto do mundo. Se ele nos queria açorianos, vamos nós passar a brasileiros? É isto de boa razão?”. Este mesmo determinismo aparece em outros momentos do livro, principalmente quando o autor retrata as condições a que eram submetidos os emigrantes no interior dos navios, sujeitos às doenças, aos ambientes insalubres e às inúmeras proibições de relações sociais. Uma das personagens chega a comparar as condições a que estavam submetidos os passageiros às dos escravos em um navio negreiro.

Importante destacar também a observação que a personagem Maria Amália, esposa de Ricardo, faz a respeito daquilo que entende por pátria. Ao se referir ao Brasil, diz: “seja como for, não é terra açoriana, não é nossa pátria... e ainda que seja, vá lá, pode bem ser, que o valor de Portugal anda rodeando o mundo, mas assim como assim nosso natural não é!” Ou seja, a noção de pátria enquanto solo de origem, de nascença, e não de unidade jurídica.

Apesar de se constituir como epopeia, *Rocamaranhanha* não esconde conflitos sociais e mazelas históricas. Não procura construir uma “idade do ouro”, pelo contrário, mostra claramente as carências dos açorianos e a desorganização administrativa portuguesa, que em muitos casos não cumpriu com suas promessas de apoiar integralmente todas as famílias açorianas em território brasileiro, dando-lhes a posse de sesmarias, ferramentas para o trabalho agrícola e ajuda de custo. E são estes detalhes, além da qualidade literária e linguística do texto, recuperando expressões da cultura açorianas, que tornam esta pequena novela um importante referencial na nossa literatura e um documento para as reflexões da historiografia catarinense.



**1****2****3****4**

## Baú recebe 3 mil romeiros

Em um cenário avermelhado pelo barro que desceu dos morros e atingiu cinco casas da comunidade do Braço do Baú, em Ilhota, na catástrofe de novembro de 2008, 3 mil romeiros deram início à 21ª Romaria da Terra e da Água, ação iniciada pela Comissão Pastoral da Terra que desde 1986 ocorre em todo o Brasil. Em Santa Catarina, este encontro de religiosidade e reflexão sobre a realidade dos trabalhadores rurais do país ocorreu no município que mais vitimou pessoas na tragédia do ano passado - 47, um terço do total de 135 dado pela Defesa Civil. Apenas na região do Baú, onde milhares de romeiros se reuniram em um domingo nublado para orar e discutir com a comunidade questões ambientais e sociais, morreram 32 pessoas. Com o tema "Cuidar da Terra. Garantir a Vida", a Romaria da Terra e da Água abriu espaço para o diálogo sobre a degradação ambiental causada pelo mau uso dos recursos naturais e pela lógica da produtividade e do lucro do agronegócio. Diversos movimentos sociais dividiram os momentos de reflexão com intervenções políticas.

**FOTOS:** 1. Depois da concentração no local do desastre, romeiros iniciam caminhada de 1,5 km até a paróquia da comunidade do Braço do Baú. 2. Oração pelos mortos na tragédia de novembro de 2008 3. Terraplanado, o local onde cinco casas foram destruídas pelos deslizamentos, matando famílias inteiras, serviu de base para o começo da romaria, com o Morro do Baú ao fundo. 4. À tarde, grupos da Via Campesina, movimentos pastorais e urbanos distribuíram mudas e sementes em tendas armadas ao redor de um campo de futebol. 5. Almoço comunitário servido nas tendas de vários movimentos sociais presentes 6. Trabalhador canta ao longo da caminhada. 7. Concentração da Romaria da Terra e da Água em meio aos escombros do deslizamento do ano passado.

**5****6****7**

## EDITORIAL

# Os anteprojetos, “A Lista de Schindler” e as eleições internas

O texto proposto para formulação dos quatro anteprojetos de lei, tão discutidos desde abril passado como resposta à Ação Civil movida pelo Ministério Público de Santa Catarina, foi finalizado nas sessões dos Conselhos Superiores e os anteprojetos encaminhados ao Prefeito Municipal de forma solene pela Reitoria e Procuradoria Geral da FURB. O impacto do conteúdo dos anteprojetos foi abordado nas páginas centrais da última edição do **Expressão Universitária**. Durante todo o processo, não foram poucos os alertas da representação do SINSEPESES quanto à redação da proposta, apontando irregularidades que estavam sendo aprovadas ou mesmo a exclusão de conteúdos que, segundo o entendimento do sindicato e sua assessoria jurídica, são indispensáveis na composição de leis dessa natureza.

Após análise da PROGEM (Procuradoria Geral do Município) foi elaborado um parecer jurídico e este remetido à Procuradoria da FURB. Este parecer elenca uma série de problemas nos anteprojetos detectados pela PROGEM e pede posicionamento quanto aos itens listados. Ao SINSEPESES foi negado acesso ao documento original, sob alegação da Reitoria de que trata-se de uma correspondência entre procuradorias. O compromisso foi o de divulgar o conteúdo original do parecer juntamente com o posicionamento da Procuradoria da FURB. Recebido o parecer, a Reitoria convocou os membros do Conselho de Administração para dar ciência dos pontos mais importantes e encaminhamentos necessários.

Foi acordada a suspensão, por prazo indeterminado, das discussões em curso nos Conselhos Superiores que tratam do Estatuto da FURB, reformulação da Resolução 70/2004 (regulamenta as horas-atividades dos docentes), da avaliação de desempenho e do estágio probatório. Ficou ainda acordado que, em função da possível não aprovação de novo Estatuto em tempo hábil, as eleições internas de 2010 serão regulamentadas por resolução, conforme anos anteriores. Esta discussão foi recentemente marcada para a sessão do Conselho Universitário de 10 de dezembro.

## OS PROBLEMAS

O parecer lista diversos problemas nos anteprojetos, alguns deles resolvidos na proposição

original do SINSEPESES, considerada, pela chefia de gabinete da reitoria, uma “jabiraca”. O parecer aponta a necessidade de constar na lei a descrição dos cargos e atribuições (manual de ocupações), além de trazer os cargos em anexo ao plano de carreira e não à estrutura administrativa. Outro exemplo do

O parecer da PROGEM, que viu diversos problemas nos anteprojetos, resgata a “jabiraca” do SINSEPESES

conteúdo do parecer que resgata a “jabiraca” é o questionamento referente às verbas de sucumbência. Para que exista, é necessário regulamentar na lei e não por instrumento interno da Universidade. Faz-se necessário, por exemplo, a criação de um fundo de reaparelhamento para onde a verba seria destinada. Além disso, a PROGEM aponta que a lei precisa expressar de forma clara o vínculo dos atuais trabalhadores da FURB, no novo contexto claramente definida como autarquia municipal, inclusive os trabalhadores vinculados à Universidade cuja admissão não incluiu a prestação de concurso público (situação em que se encontram, inclusive, colegas com mais de 10 anos de serviço na FURB).

## PREOCUPAÇÃO SIM, TERROR NÃO

Sempre considerando que o SINSEPESES teve acesso apenas ao resumo elaborado pela Procuradoria da FURB e não ao parecer original da PROGEM, este, aliado às informações apuradas pelo sindicato, permitem tratar o caso com a devida responsabilidade, sem curvar-se ao terrorismo, aparentemente interesse de alguns setores da Universidade. A PROGEM, de forma correta, aponta a

O SINSEPESES não admitirá o terror em detrimento da busca pela melhor solução

necessidade de que o vínculo dos servidores seja corretamente descrito e regularizado do ponto de vista legal. Esta é a primeira situação a se garantir por parte da Universidade, neste processo. A prestação de novos concursos para regularização dos vínculos é uma das alternativas possíveis, entretanto é prematuro e questionável instalar um clima de “única saída”, tanto para os casos dos trabalhadores admitidos por concurso público quanto para os que integram o quadro funcional mediante outra forma de ingresso. Existem muitas situações a serem apuradas, inclusive os diferentes dispositivos que regulavam o ingresso em cada época, a condição jurídica da Universidade em

cada período e os direitos de trabalhadores que ao longo dos anos construíram na FURB sua história e a história da própria instituição. O SINSEPESES não admitirá que se estabeleça uma desnecessária sensação de terror em detrimento da busca pela melhor solução para trabalhadores e poder público.

## ELEIÇÕES 2010 DA FURB

Após deliberação descrita acima, de regulamentar as eleições internas em Resolução, o SINSEPESES intensifica a discussão da proposta aprovada na última Assembleia de servidores. Convocada em conjunto pelo SINSEPESES, ASEF e APROF, a Assembleia deliberou

Convocada em conjunto pelo SINSEPESES, ASEF e APROF, a Assembleia deliberou 66% de peso para servidores em urna única

proposição de reformulação nos percentuais de votação. A exemplo de outras Universidades, a eleição pode ser feita em consulta à comunidade universitária (segundo regulamentação própria) e homologada pelo Conselho Universitário (aten-

dendo à LDB). Assim, respeitados os 70% de docentes na composição do Conselho, a consulta seria realizada atribuindo-se 33,4% do peso dos votos aos estudantes e 66,6% aos servidores. Docentes e técnico-administrativos passariam a votar todos em mesma urna, fortalecendo a identidade de servidores da FURB e tornando a proporção de votantes e peso de votos o mais equilibrado possível, dentro da perspectiva de proporcionalidade entre categorias. Este é o momento de ousar, na medida certa, compondo uma eleição mais democrática, garantindo o sigilo do voto aos trabalhadores onde este é mais frágil e que nenhum segmento componente atual da eleição tenha o domínio percentual da escolha. Este é o reflexo da proposição dos trabalhadores. Somos todos servidores, votamos na mesma urna.



**EU VOLTEI!**

**Expressão Universitária** é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau.  
**Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC). **Diagramação e Editoração:** Leo Laps. **Tiragem:** 4.000 cópias.

**Telefone:** 3321-0400 **E-mail:** sinsepes@furb.br

**Presidente:** Tulio Vidor  
**Vice-presidente:** Ricardo Machado  
**Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo  
**1º Secretário:** Alejandro Labale  
**1º Tesoureiro:** Luiz Heinzen  
**2º Tesoureiro:** Luiz Donizete Mafra

**Diretor Jurídico:** Glauco Anderson Espíndola  
**Diretora de Formação:** Catarina Gewehr  
**Diretora de Cultura:** Mariana Freitas  
**Diretor de Imprensa:** Thomas da Rosa

**Conselho Fiscal:** Simone Wagner Rios Largura,  
 Décio Zendron e Rita de Cassia Marqui; Rubia  
 Carla Ribeiro (1º Suplente);  
 Natacha Juli Georg (2º Suplente)

## FURB FEDERAL

## Mais perto do sonho

LEO LAPs



Comunidade lotou a Câmara de Vereadores durante a conferência para demonstrar apoio ao projeto

**Luiz Heinzen**

Professor e Tesoureiro do SINSEPEs

No último dia 9 de novembro ocorreu na Câmara de Vereadores de Blumenau uma conferência sobre o Projeto FURB Federal. A iniciativa partiu da senadora Ideli Salvatti, relatora do projeto na Comissão de Educação do Senado Federal.

Entre os membros da mesa estavam, além da senadora, dois representantes do Ministério da Educação (MEC), os reitores da UFSC, Álvaro Prata, do Instituto Federal Catarinense (IFC, cuja reitoria é em Blumenau), Cláudio Adalberto Koller, e da Furb, Eduardo Deschamps, além do Coordenador do Comitê Furb Federal, Valmor Schiochet, do presidente do SINSEPEs, Tulio Vidor, e do deputado federal Claudio Vignatti (autor de uma das duas emendas que destinam, cada, R\$ 100 mil ao Comitê - a outra é do deputado federal Décio Lima) e outras autoridades.

A partir dos discursos proferidos pelos participantes, podemos fazer algumas considerações:

Com o comprometimento dos representantes do MEC em participar do grupo de trabalho que vai estudar as possibilidades e maneiras de encaminhar o Projeto FURB Federal, obtivemos do ministério uma sinalização de que nosso projeto é possível.

Com a declaração pública do reitor da UFSC de que a mesma é parceira do projeto FURB Federal, ganhamos mais um aliado no projeto. A experiência mostra que a implantação de qualquer nova universidade federal, atualmente, precisa passar pela tutoria da Universidade Federal já conso-

lidada na região, no caso, a própria UFSC.

O pronunciamento do reitor do IFC, Cláudio Koller, solicitando à FURB a cedência de um terreno para facilitar a implantação daquele instituto, e viabilizar a oferta de vagas já em 2010, representou mais um passo na relação com o MEC.

Salvatti, por sua vez, admitiu mais uma vez a lacuna na expansão do ensino superior público e gratuito na região do Vale do Itajaí, o que leva à conclusão de que o Governo Federal entende como justo nosso pleito. A promessa da senadora inclui uma verba de R\$ 10 milhões a R\$ 15 milhões para viabilizar os estudos e o projeto de instalação de uma universidade federal na região. É mais uma esperança de termos nossa universidade federal pública e gratuita.

Com o pronunciamento do coordenador do Comitê FURB Federal, justificamos a necessidade de implantação do ensino superior público e gratuito na região, mostrando benefícios sociais, econômicos e culturais que a implantação desta universidade trará.

Com o pronunciamento do presidente do SINSEPEs, resgatamos a necessidade do Projeto FURB Federal levar em conta a questão da cedência do patrimônio físico da FURB, de todos os seus funcionários e alunos que, quando da federalização, estiverem com cursos em andamento. O processo foi referendado em plebiscito em maio de 2008 com a comunidade, onde 97% dos 20 mil votantes aprovaram a federalização nestes moldes.

Ao abarrotar o plenário da Câmara (não havia lugar para todos e muitos dos que entraram tiveram de sentar no chão ou ficar em pé), a comunidade mostrou que o Projeto FURB Fe-

deral não é apenas um projeto isolado para resolver os problemas da FURB.

Por exigência do MEC, a federalização passará primeiro por uma parceria com o IFC, que servirá, de acordo com a fala dos representantes do Ministério, como um "laboratório" do processo. Além disso, a universidade implantada no lugar da FURB não terá mais o nome de Blumenau: vai se chamar Universidade Federal do Vale do Itajaí (sugestão do reitor Eduardo Deschamps), dando representatividade regional ao projeto.

Se a federalização não ocorre exatamente nos moldes que almejamos, que passemos à parceria com o IFC. Embora esta parceria não seja o que inicialmente pensamos, podemos encarar como uma ponte para viabilizarmos nosso sonho de, no mais curto prazo, termos a possibilidade de acesso ao ensino superior público e gratuito na região. O proposto nome, Universidade Federal do Vale do Itajaí, permite pensar sobre a abrangência da implantação e nosso destino como Instituição de Ensino Superior.

Deschamps salientou que, sem a federalização, a FURB corre risco de, a não muito longo prazo, perder o status de universidade e passar a ser mais um centro universitário, sem fazer pesquisa nem extensão, tragada pela concorrência das faculdades, cuja maioria infelizmente trata a educação como simples mercadoria.

**Os resultados**

☑ Parceria do MEC para compor o Grupo de Trabalho que vai levar adiante o Projeto FURB Federal com estudos técnicos nas áreas jurídica, financeira e político-pedagógico. Os estudos tem prazo de entrega estipulado para a metade de 2010

☑ Consolidação de parceria com a UFSC, importante ator no contexto de implantação de novas Universidades Federais no país

☑ Parceria com o Instituto Federal Catarinense (IFC), seja na forma de convênios ou cedência de terrenos, possibilitando a expansão do ensino superior público e gratuito na região. A instituição já tem reitoria em Blumenau e pretende oferecer vagas de licenciatura já no ano que vem

☑ Compromisso da senadora Ideli Salvatti de garantir verba entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões, através de emenda parlamentar (a chamada "emenda gorda"), para viabilizar a implantação da Universidade Federal do Vale do Itajaí

☑ Demonstração do apoio de todas as esferas da comunidade regional ao Projeto FURB Federal

**A posição**

Trabalhar com o IFC não compromete a tese aprovada no plebiscito, base da defesa do SINSEPEs que defende a cedência patrimonial e dos servidores, estes continuando vinculados ao poder público municipal, e a transferência dos estudantes para a Universidade Federal. Esta é a nossa federalização. A parceria que sinaliza nossa boa vontade para a negociação com o MEC pode ser estabelecida, sem contudo desviar o foco de nossa verdadeira reivindicação: uma estrutura universitária federal gratuita no Vale do Itajaí. Este é o nosso objetivo e nossa luta

A FURB Federal nunca esteve tão perto de acontecer. Continuemos firmes em nossa luta por uma universidade federal pública e gratuita. O tempo mostrará que nosso sonho não é apenas devaneio. Como canta Raul Seixas, "Sonho que se sonha só/É só um sonho que se sonha só/Mas sonho que se sonha junto é realidade".

## DEMOCRACIA

# A Política e a construção do senso comum

Alejandro Labale

Antropólogo e 1º secretário do SINSEPEs

Em julho deste ano, nosso colega Maicon Tenfen citou, em sua coluna no Jornal de Santa Catarina, “um certo amigo sociólogo” que opina que “o remédio para a política é mais política” para, logo após, continuar com seu habitual exercício de “malhar pau” nos políticos. Referir-se a mim como um amigo me honra, tanto quanto desagradá o uso irônico que fez de minha afirmação. Não que a política precise que a defendam: esta digna e madura senhora goza de excelente saúde e prestígio. Porém, o consenso negativo e o descrédito da política e dos políticos que os “formadores de opinião” ajudam a construir merecem alguma atenção.

Desde o âncora do Jornal Nacional até as vizinhas na fila do supermercado identificam de hábito os políticos como uma classe que, pelo menos, inspira desconfiança. Para eles, “política” é o mesmo que “diabo”, espécie de Rei Midas ao contrário, maculando tudo o que toca. Coloca-se, desta maneira, “a política” e todos os político sob suspeita. “Ah, essa politicagem”, se diz, sem mais argumentação, ao que todos assentem balançando a cabeça de maneira circunspecta, como em um velório quando alguém espeta:

- Não somos nada...

Constantes manchetes com acusações a políticos alicerçam esta percepção. Não existem inocentes entre os que praticam a “politicagem”, e quando a Justiça determina o infundado de alguma acusação (o que, de hábito, não merece manchete), apenas se conclui: “não conseguiram provar nada”, reforçando, mais uma vez, o preconceito sobre os políticos, ainda quando provada a sua inocência.

Vejamos esta questão mais de perto: existem corruptos na política? Obviamente, o que não torna necessariamente corruptos todos os políticos e nem a política uma prática desprezível, porta-

dora da essência do mal. Estas formas de generalização constituem preconceito ou, pior, uma espécie de racismo quando utilizada para desacreditar toda e qualquer pessoa que exerça a política.

Porém, não é esta perversa construção do malvado o que mais me preocupa. Assistir desde minha mais terna infância filmes norte-americanos me faz desconfiar automaticamente de um filme onde um homem mau é mau demais. E é, precisamente, essa suspeita o que desperta em mim algumas inquietações a respeito do senso comum construído sobre “a política”.

A primeira delas: se acabássemos com a política o que colocaríamos em seu lugar? A primeira resposta, em especial para aqueles com mais de 50 anos, é pensar nos militares, em golpe, mas ninguém pensa nisto seriamente na atualidade - a não ser em Honduras, claro. E então? Solucionar esta questão leva a minha segunda reflexão.

Não quero acreditar em bruxas, mais todo este sistemático exercício discursivo de descrédito do exercício político pareceria ter como real destinatário a representatividade. O que significaria atentar contra o principal instituto da democracia: a repre-

sentação universal. Isto é, todos os que votam podem ser votados. Todos, insisto. Esta questão é a que mais me inquieta pelo fato de que não se estimula a cidadania a ocupar seu devido lugar na democracia com a mesma ênfase com que se “malha pau” na política. Pelo contrário, se argumenta que é o povo o responsável pela “qualidade” da política; principalmente, os votantes pela falta de moralidade de “seus” representantes. “Cada povo tem o governo que merece” dizem, com tom de



www.politicoofhealth.org

verdade sacramentado. O que por sua vez nos leva à última, mas não por isso menos importante questão.

Se toda esta complexa engrenagem discursiva realmente funciona desta maneira e as pessoas comuns terminam sendo culpadas por aquilo que mais abominam, “a política”; quais as opções que o senso comum guarda para resolver este impasse?

Uma delas é a via proposta pelo velho e bom positivismo: “toda solução está na educação”. Não esqueçamos que o despotismo ilustrado propôs um dia: “educaí o Soberano” - e qualificou o voto. Trocando em miúdos, devemos ensinar o povo a votar. Contudo, esta aparente solução deixa tudo igual. Primeiro porque devemos esperar por aquele momento ideal em que, educado, o povo seja capaz de solucionar eficientemente seus problemas como, por exemplo, votar corretamente (sem entrar aqui no controverso problema de determinar que é correto em política).

Segundo, devemos procurar quem assumirá a tarefa de educar o Soberano. E, por fim, resolver o que faremos com o governo durante esse demorado processo.

Mas, vejam bem, esta não parece ser, por estapafúrdia

O problema da política se resolve com mais política, e não espantando as pessoas dela. A política se faz tanto num conselho de administração de uma creche como no senado

que pareça, a pior opção. Porque a outra, a meu ver, é deixar a representatividade diretamente de lado e deixar as corporações assumirem a tarefa política. Os ditos ‘mais aptos’, aqueles que se deram bem na sociedade. (ou será

que se deram bem na sociedade porque organizados em corporações? Pouco importa) Eles são os poderosos de sempre, aqueles que usam o bem público como se fosse um bem privado. E quando os grupos de poder ocupam o lugar do Soberano só resta ao Povo, obedecer em forma ordeira. Troca-se, desta forma, a difícil tarefa de conseguir consensos (a política), pela burocrática e técnica boa gestão do poder (a administração). É a tecnocracia, uma espécie degradada de fascismo.

Por isso é que continuo a afirmar: o problema da política se resolve com mais política. E não ajudando a criar omissos, a espantar as pessoas da política. Devemos repetir até cansar aquilo que os epígonos do apocalipse político esquecem: que a política é feita cotidianamente e não apenas no dia da votação. Que a política se faz em todas as instâncias de tomada de decisão coletiva, do conselho de administração de uma creche ao senado federal. Nos Conselhos municipais, nas associações de moradores, nos partidos ou na rua, quando for preciso. Que se delega a representação, sim, mas que os mandatos tem um dono e este dono é o Povo. E, sobretudo, que isto não é negociável. Fiscalizar, participar, opinar é “mais política”. Devemos lutar contra aqueles que ajudam a instaurar a “má política”, quando se inocentam proclamando como virtude: “eu não gosto de política”, os mesmos que depois se indignam lendo o jornal, como se nada do que leem lhes dissesse respeito.

A pior espécie de política é pensar que ela nos é alheia, e o pior político é o ignorante político. Por isso, mais política em nossas vidas é o melhor remédio para essa política que está aí. Ela é, meu prezado Maicon, nem mais nem menos o que nós deixamos ela ser.

## MOBILIZAÇÕES

# Um ano de lutas e conquistas em nossa região

LEO LAPS



Manifestações como o abraço à Celesc mostram organização dos trabalhadores

**Gabriel Felipe Theis**

Estudante de Direito da FURB e membro do Fórum dos Movimentos Sociais

Este ano Blumenau foi palco de grandes mobilizações e lutas dos trabalhadores. A primeira delas iniciou após a catástrofe de novembro de 2008, em

que milhares de famílias acabaram desabrigadas, ficando sem o amparo necessário do poder público, que as deixou em galpões sem nenhuma condição de moradia - muitas ainda estão na mesma situação até hoje.

O ano abriu com muita mobilização por parte dessas famílias, que se rebelaram contra o descaso das autoridades públicas e se organizaram

em busca de um futuro mais digno, já cansadas das promessas feitas por nossos governantes. Por fim, algumas famílias ocuparam uma área para construir sua moradia e estão lá desde o início do ano com suas casas, as únicas com moradia até o momento.

Trabalhadores do serviço de transporte coletivo da cidade de Gaspar fizeram a mais longa greve da história do transporte coletivo do Brasil, com 21 dias paralisados. Esses trabalhadores conquistaram também o direito ao vale-alimentação.

Os bancários também, diante do poder econômico dos donos dos bancos, disseram não à exploração e à retirada de direitos que os banqueiros queriam impor. Foram 14 dias de greve dos bancários dos bancos privados e do Banco do Brasil, que conquistaram índice acima da inflação e manutenção e ampliação de direitos.

E na Caixa Econômica Federal, os empregados se mantiveram em greve por 27 dias, graças à truculência da direção nas negociações.

Os trabalhadores têxteis participaram de uma campanha com mobilizações nas portas de fábricas e até com a paralisação de uma empresa, por melhores salários, e acima de tudo por melhores condições de trabalho.

O atual modelo econômico em que vivemos, o chamado neoliberalismo, que tem como um dos princípios as privatizações, em nenhum momento foi bom para a classe trabalhadora,

desde seu início no Brasil, nos primeiros anos da década de 90. Em nossa cidade, o atual governo municipal segue tal cartilha e quer privatizar o esgoto da cidade. Mas os sindicatos de trabalhadores, reunidos com outros movimentos sociais, fundaram o Comitê Contra a Privatização. Juntamente com o Fórum dos Movimentos Sociais e o Fórum dos Trabalhadores, conseguiram barrar o primeiro edital para a tentativa de privatização, após realização de um plebiscito popular que deu oportunidade à população de se manifestar - 98% disseram não à privatização.

Dia 14 de agosto foi realizada uma grande manifestação em frente ao Samae, causando grande constrangimento ao governo e aos diretores do Samae responsáveis por planejar a privatização. Em seguida, foi feito um abraço simbólico ao redor do prédio da Celesc,

em processo de venda ao setor privado. E a luta continua contra a privatização e o neoliberalismo.

Essas foram algumas das lutas do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, além, é claro, das nos-

sas lutas de categoria. Lutas que, como podemos observar, são a única forma de os trabalhadores adquirirem mais dignidade e melhores condições de trabalho.

Que os trabalhadores sempre estejam dispostos à luta pelos seus direitos. Afinal, a vida para ser vivida deve ser feita de uma história de lutas e conquistas.

O atual modelo econômico, o chamado neoliberalismo, em nenhum momento foi bom para a classe trabalhadora

## Sindicato dos Jornalistas de SC recolhe abaixo-assinado contra oligopólio da RBS

O Sindicato dos Jornalistas lançou um abaixo-assinado e um texto explicativo para a população sobre os problemas provocados pela concentração de meios de comunicação em SC, com ênfase no caso do Grupo RBS. O objetivo é que o abaixo-assinado circule em todo o Estado e seja anexado à Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal contra o oligopólio praticado pela empresa gaúcha.

### TEXTÃO ENTREGUE À POPULAÇÃO:

A palavra é complicada, tal como é complicada a situação: oligopólio. Mas o que é isso afinal? Oligopólio, palavra de origem grega, é uma condição na qual um único grupo de empresas domina uma determinada oferta de produtos e serviços. Nesse caso, estamos aqui falando da informação. Em Santa Catarina uma única empresa determina o que cada um de nós lê, ouve ou vê. É a RBS. Hoje ela é dona de todos os jornais de grande circulação no Estado: Diário Catarinense, A Notícia e Jornal de Santa Catarina. Além disso,

domina a televisão em todo o estado com várias geradoras e retransmissoras, tendo ainda rádios e canais a cabo.

### POR QUE O OLIGOPÓLIO É RUIM?

Primeiro, porque é ilegal. A Constituição brasileira de 1988, no seu artigo 220, diz que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

Segundo, porque no campo da informação, quando um único grupo determina o que é divulgado, isso é ruim para a democracia. As pessoas têm apenas uma visão dos fatos e esta visão não é neutra e muito menos imparcial. As empresas de comunicação têm seus interesses e sua ideologia. É muito importante para a efetivação de uma verdadeira democracia que as pessoas possam ter várias visões sobre as coisas que acontecem. E mais, além das múltiplas visões, as pessoas precisam ver nos jornais e na TV a vida real, de verdade. No geral, o que vimos na televisão não tem nada a ver

com a gente. Falam os políticos, falam os empresários, os ricos e os famosos.

E a vida da gente? Não sai no jornal!

Os empobrecidos e os trabalhadores só saem na mídia quando são vítimas de tragédia ou quando são mostrados como bandidos. Mas não é isso que são. O povo constrói a cidade, o Estado, o país. O povo faz festas, trava lutas, sonha, trabalha. As gentes querem ser vistas como seres que ajudam a fazer esse país ir para frente. Com o oligopólio (domínio) da informação na mão da RBS, o povo fica prisioneiro de uma única empresa. Por isso, queremos o seu apoio para que a lei seja cumprida. Se a Constituição diz que não pode haver oligopólio, por que isso não é barrado? Hoje está na Justiça uma ação que pede o fim do oligopólio em Santa Catarina. Faça valer a lei! Exija seu cumprimento. Assim, cada um dos habitantes deste estado estará ajudando no processo de construção da soberania comunicacional, que significa o direito de se ter várias visões sobre os fatos.

# Oral: voce e é isto?

mais variadas doenças, com probabilidades futuras de uso de psicofármacos dos mais diversos. Este mesmo trabalhador que dedicou sua vida a organização passa a ser considerado “improdutivo” e vira um “consumidor de psicofármacos”, resultando na troca de um sujeito produtivo por um sujeito coisificado.

Conforme o sítio do Ministério do Trabalho ([www.trabalho.gov.br](http://www.trabalho.gov.br)), o assédio moral nas relações de trabalho acontece em todos os setores e empresas, sejam públicas ou privadas, algumas com menor ocorrência, outras com maior frequência. É toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude, etc.) que, intencional e freqüentemente, fira a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho.

As condutas mais comuns, dentre outras, são: instruções confusas e imprecisas ao trabalhador; dificultar o trabalho; atribuir erros imaginários ao trabalhador; exigir, sem necessidade, trabalhos urgentes; sobrecarga de tarefas; ignorar a presença do trabalhador ou não cumprimentá-lo ou, ainda, não lhe dirigir a palavra na frente dos outros, deliberadamente; fazer críticas ou brincadeiras de mau gosto ao trabalhador em público; impor horários injustificados; retirar-lhe, injustificadamente, os instrumentos de trabalho; agressão física ou verbal, quando estão sós o assediador e a vítima; revista vexatória; restrição ao uso de sanitários; ameaças; insultos; isolamento.

O trabalhador deve se defender deste fenômeno perverso, denunciando os eventos que ocorrem, procurando seu sindicato ou a associação profissional, pois relação imposta de maneira arbitrária e que vise a degradação da integridade física e psicológica do ser humano deva ser considerada violenta e, portanto, abolida de todas as relações humanas.

# Quarta edição do Congresso SINSEPES ocorre com o tema "Saúde, Direito e o Futuro do Trabalho"

A quarta edição do Congresso SINSEPES ocorreu nos últimos dias 10 e 11 de novembro na FURB, com o tema “Saúde, Direito e o Futuro do Trabalho”. A realização do evento é garantida pelo Capítulo III do Estatuto do sindicato, ocorrendo sempre no primeiro ano de gestão de cada nova diretoria para discutir as ações que devem ser priorizadas ao longo do mandato da mesma.

O Congresso SINSEPES 2009 abriu com uma palestra do sociólogo Giovanni Alves, professor da UNESP-Marília (Trabalho e Novo Metabolismo Social do Capital – Perspectivas para o Século 21). No dia seguinte, pela manhã, falaram ao público o advogado Jorge Leandro Lobe (Aspectos Jurídicos do Serviço Público) e, em seguida, o fisioterapeuta do Cerest (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) Fabiano Machado Felizardo (Aspectos em Saúde do Trabalhador).

As discussões dos Grupos de Trabalho, após as palestras, evidenciaram a preocupação dos trabalhadores desta universidade em relação à sua saúde, física e psicológica. O tema foi o que mais resultou em resoluções, inclusive com a criação de uma Diretoria de Saúde dentro do SINSEPES para tratar do assunto como uma das prioridades da atual gestão. Confira no quadro todas as resoluções tomadas ao fim do Congresso.

## Resoluções

- Criar instrumento de negociação coletiva permanente para as pautas sindicais;
- Criação de uma Diretoria de Saúde na estrutura do sindicato;
- Trabalho aproximado à universidade em questões relativas à saúde do trabalhador;
- Pautar com freqüência a saúde do trabalhador no jornal Expressão Universitária;
- Buscar dados sobre o adoecimento dos trabalhadores da FURB e publicar análise no jornal;
- Restabelecer recebimento de comunicações do Cerest;
- Promover ações visando a implementação da CIPA dentro da Universidade;
- Promover projetos de iniciação científica na área da saúde mais próximas da atuação sindical;
- Promover ações setorializadas tratando temas relacionados às condições de trabalho



Fisioterapeuta do Cerest desde 2002, Fabiano Felizardo (dir) falou sobre saúde no trabalho

## Conferência Nacional de Comunicação busca democratização midiática no Brasil

**Nelson Garcia Santos**

Professor e chefe do Departamento de Ciências Sociais da FURB

Aconteceu nos dias 14 e 15 de novembro, em Florianópolis, a 1ª Conferência Estadual de Comunicação de Santa Catarina, com o tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”.

Com a presença de 218 delegados, sendo 15 do poder público, 54 da sociedade empresarial e 149 da sociedade civil, foram apresentadas as propostas oriundas das diversas conferências municipais, intermunicipais e livres que aconteceram em quase toda Santa Catarina neste segundo semestre de 2009. Como delegados de Blumenau, eleitos na Conferência Livre do dia 29 de outubro, participaram da Conferência Estadual as acadêmicas do Curso de Publicidade da FURB Ariane Andrade D’Avila e Hanani Julie Rauber Grotmann e eu, como professor da disciplina de Sociologia da Comunicação e chefe do departamento

setores da sociedade civil, efetivamente preocupados com o processo de democratização da comunicação e não apenas com o debate técnico no que diz respeito à transição do sistema analógico para o digital.

A partir de três eixos temáticos (Produção de Conteúdo, Meios de Produção, Cidadania: Direitos e Deveres), a 1ª Conferência Estadual de Comunicação se efetivou como um marco na comunicação catarinense e como um importante mecanismo para o debate sobre as transformações necessárias na comunicação nacional. **Seu ápice será na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, que acontecerá de 14 à 18 de dezembro em Brasília.**

Além da apresentação e debate das propostas, foram eleitos os delegados de Santa Catarina representantes dos setores privados, públicos e da sociedade civil, que participarão da Primeira Conferência Nacional de Comunicação. Fui eleito como representante da sociedade civil do Vale do Itajaí.

e cidadania: direitos e deveres. Nela estarão em debate, entre outros assuntos, regras para a publicidade nos meios de comunicação; criação de conselhos de comunicação; verbas para os meios comunitários (rádios e tevês); os oligopólios e monopólios da comunicação, regras para os canais de tevê públicos e privados; o controle social dos meios de comunicação; a relação da televisão com os homossexuais, mulheres e as diversas etnias; o aumento da produção local e regional; a participação da sociedade civil na definição de programação; elaboração de uma legislação específica para o uso comercial da internet; renovação das concessões mediante audiência pública e avaliação por parte dos conselhos de comunicação;

A expectativa que se tem sobre a Conferência Nacional é a de que, a partir dela, a sociedade brasileira ampliará a democratização da comunicação, construirá marcos regulatórios nos âmbitos municipal, estadual e federal para a comunicação, e buscará a extinção de toda e qualquer forma de censura nos meios

# Financiamento Público: artigo 170

**Tulio Vidor**

Presidente do SINSEPES

Tramitou recentemente na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) um projeto de lei que diversifica o financiamento, por parte do estado, do ensino superior. Além dos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual, que tratam do financiamento através de modalidades de bolsas de estudo ou pesquisa, este novo projeto aprovado trata, na prática, da compra de vagas de ensino não ocupadas nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A existência dessa nova modalidade, por si só, não traz impacto direto à distribuição de recursos através dos artigos 170 e 171. No artigo 170 os estudantes, após análise socioeconômica, acessam bolsas percentuais sobre os valores de suas mensalidades, sendo a contrapartida do estudante e execução de projetos de pesquisa da instituição ou a realização de atividades de extensão. A cada parcela repassada (em geral, mensalmente) é renovada a análise e emitida a lista dos beneficiados. Já no artigo 171 é possível que o valor da bolsa chegue a 100% do valor da mensalidade, limitado a dois salários mínimos, porém, os requisitos incluem o estudante ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa integral em particular. Na FURB, a seleção é feita pelas assistentes sociais da CAE e a liberação de bolsa vale por todo o período do curso do estudante, desde que respeitada a manutenção do cumprimento dos requisitos.

Sendo assim, de que forma podem estar ameaçadas as bolsas dos estudantes da FURB? A distribuição das verbas é a principal questão. O sistema ACAFE (formado por instituições de origem pública, na maioria comunitárias) tem sido privilegiado pela legislação estadual, sendo beneficiado com cerca de 90% dos recursos alocados nestes programas de bolsa - caso da FURB. Aprovado recentemente o novo

Nas instituições privadas, a distribuição de recursos em bolsas retribuídas patrimônios aos próprios

NOVEMBRO 2008

# O desastre do descaso

Tragédia completa um ano revelando a ausência histórica de uma política habitacional que democratize as cidades - mas há resistência e ideias transformadoras para se colocar em prática

**Leo Laps**

Jornalista do SINSEPEs

A tragédia das cheias e deslizamentos, que completa um ano neste mês de novembro, expôs o crescimento insustentável do Vale do Itajaí. A constante propaganda da qualidade de vida desta “Europa brasileira” (é ainda?) e de sua força econômica segue atraindo, a cada dia, mais pessoas para a região. A falta de uma política de habitação consistente, tema relegado pelo poder público de todo o país desde sempre, potencializa a cada ano os problemas sociais e ambientais das cidades. Em Blumenau, este descaso histórico está escancarado em cada uma das 47 comunidades levantadas pela Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária como “áreas de pobreza”.

É o destino de quase todos os que migram para a região desprovidos de “valor de mercado” e que, junto aos blumenauenses excluídos em sua própria cidade, encontram nas ocupações irregulares, em moradias sem água nem esgoto tratado, luz, sem escolas por perto para os filhos, postos de saúde e mesmo linha de ônibus, um teto - ainda que precário, é melhor do que as ruas. É de onde vem boa parte das mais de 300 famílias que continuarão vivendo, pelo menos até julho de 2010, em um dos cubículos de madeira improvisados pela prefeitura municipal em galpões espalhados pela cidade. Com os deslizamentos de terra, comunidades como a do Morro do Coripós e da Pedro Krauss tiveram de abandonar suas casas. Logo após a tragédia, os moradores foram enviados para dormir em escolas e, dois meses depois, a partir de fevereiro de 2009, passaram para os abrigos.

Se nada mais der errado - ou seja, se a burocracia, esta ótima desculpa para a inabilidade política, não virar notícia de novo -, no próximo inverno essas famílias poderão deixar a falta de privacidade, as ameaças e as péssimas estruturas dos abrigos (da fiação elétrica aos banheiros coletivos) por uma das casas que, somente em outubro, depois de um desfile final de Oktoberfest cancelado “graças à chuva”, tiveram sua ordem de serviço assinadas.

O cancelamento do desfile foi, na verdade, forçado pelo processo de politização dos desabrigados, alimentada pela seqüência de descasos do poder público. Grupos de moradores dos abrigos se preparavam para

participar, mesmo sem convite, do encerramento da Oktoberfest 2009. Queriam mostrar, aos blumenauenses e aos turistas, que além da festa, muitas famílias ainda passam por dificuldades, um ano após a tragédia. A prefeitura, temendo manchar de barro sua imagem, culpou São Pedro.

Não foi o primeiro protesto. Ao longo do ano, diversos grupos, inclusive organizados como o Movimento dos Atingidos pelo desastre (MAD), foram às ruas pedir agilidade na construção das casas. Alguns foram barrados no caminho, como no caso do desfile, mas isso não impediu res-

“Nós não éramos politizados, mas de repente nos vimos em uma situação em que nossos direitos não eram respeitados e agimos, viramos uma grande família unida. Foi uma conquista árdua para sair das péssimas condições dos abrigos, onde há gente perdendo peso, tomando fluoxetina o tempo inteiro, enlouquecendo. A prefeitura sempre dizia que as casas viriam logo, mas víamos falsidade naquele discurso”, conta Lucas.

O carpinteiro Adão Nilson perdeu a casa em que morava e segue desde fevereiro no abrigo da Itoupava Seca, um dos primeiros abrigos a receber

gaia, que estudou três áreas de ocupação irregular. “Essas áreas distantes não interessam às imobiliárias. Colocar essas pessoas longe do Centro traz problemas para toda a cidade, do trânsito lento à criação de áreas de pobreza devido à falta de estrutura adequada. Mas isto faz parte de um discurso xenófobo, algo que não faz mais sentido quando pesquisas mostram que, hoje, mais de 60% dos moradores de Blumenau não nasceram na cidade”, opina a professora. Para ela, também é preciso preparar tanto quem está se mudando para esses conjuntos quanto a comunidade de entorno. As escolas, por exemplo, terão de ter mais vagas, os postos de saúde, mais médicos, os ônibus, mais horários. “É função do governo preparar este terreno social”, cobra Samagaia.

A arquiteta e professora Cláudia Siebert realizou um trabalho interessante com seus alunos. Levantou uma série de áreas centrais da cidade denominadas “vazios urbanos”. São prédios inacabados e terrenos baldios que servem apenas à especulação imobiliária - não são vendidos e, por isso, valorizam. O objetivo das aulas foi desenvolver projetos de conjuntos habitacionais verticais em pleno centro urbano, o que, segundo Siebert, democratizaria a cidade: “Habitação passou a ser direito com a nova Constituição. Mas até hoje, se a saúde e a educação, por piores que sejam, são gratuitas, o mesmo não ocorre com casas. E se esperarmos que as pessoas de baixa renda construam suas próprias moradias, elas o farão nos morros e encostas. No Centro, os preços são inacessíveis para elas, que se fixam nas periferias. Gastam dinheiro e tempo dentro de ônibus. Se morassem perto do centro, perto dos seus empregos, se atrasariam menos e teriam mais tempo para estudar e se aperfeiçoar”, argumenta.

Os projetos sugerem condomínios com áreas de lazer em locais como o terreno nos fundos do Corpo de Bombeiros do Terminal PROEB, o prédio dos Correios perto do Complexo Esportivo do Sesi, no há décadas abandonado Hotel Baviera, entre outros.

“O preço desses terrenos no Centro pode ser maior que nos bairros. No entanto, já tem a infraestrutura que, teoricamente, terá de ser desenvolvida nesses conjuntos habitacionais planejados pela prefeitura. Mas o que se pensa é que essas pessoas não podem morar no Centro da cidade. Por quê não?”, indaga a arquiteta.



Moradores dos abrigos em Blumenau foram às ruas para protestar e denunciar

postas à falta de diálogo e tratamento adequado da prefeitura às vítimas do desastre. A última aconteceu dia 21 de novembro, no fim de semana que marcou um ano da tragédia, quando moradores dos abrigos foram à Rua 15 de Novembro para protestar e denunciar as condições vividas nos abrigos. Revelaram, por exemplo, que quem participa dos protestos é ameaçado de não receber moradia em represália.

Um dos exemplos mais emblemáticos da indignação com o poder público foi a invasão feita por 25 famílias a um terreno baldio no Bairro Ribeirão Fresco, de propriedade da associação de moradores local. Ameaçados de expulsão, foram salvos por uma liminar do Ministério Público, que lhes garante morar no local até que a prefeitura conceda novas casas. Situação parecida ocorreu em Gaspar, às margens da SC-470. Em Blumenau, um dos que resistiram ao abrigo e fizeram parte da invasão foi Lucas Teixeira, que vive há três décadas na cidade.

pessoas. Ele ajudou a organizar, junto aos outros moradores, passeatas que pressionaram pelas casas. Acompanhando de perto o processo de construção das casas, guarda uma visão cética da política municipal:

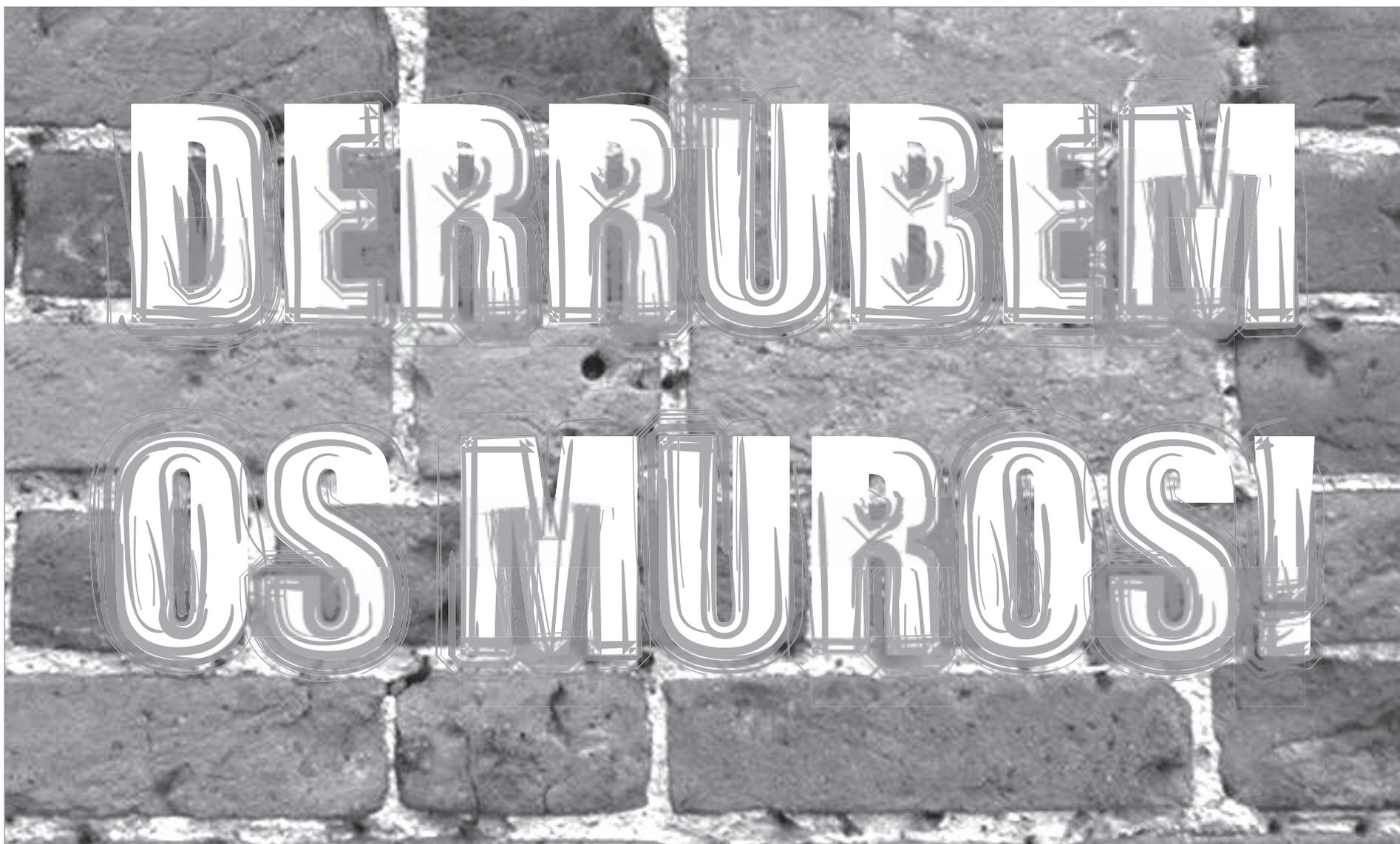
“Eles estão deixando a gente se aniquilar naturalmente, ver se vamos embora da cidade. Aí ano que vem, que é ano eleitoral, vão entregar algumas casas para ver se ganham votos. A prefeitura não tem dialogado conosco, pelo contrário, tenta nos esconder, como fez cancelando o desfile da Oktoberfest”, acusa Adão, que mesmo ao ver a ordem de serviço para a construção de conjuntos habitacionais para os desabrigados, não consegue imaginar futuro melhor.

A preocupação dele e de tantos outros desabrigados é de ser alojado em uma área que, em pouco tempo, concentrará pobreza e problemas sociais. Algo muito provável se algumas atitudes não forem tomadas, de acordo com a professora do curso de Assistência Social, Jacqueline Sama-

LEO LAPS

“Os esforços de todos os poderes estabelecidos para aumentar os meios de manutenção da ordem nas ruas culmina finalmente na supressão das ruas.”

Guy Debord (*A Sociedade do Espetáculo*. pg.172)



#### Ricardo Machado

Professor e vice-presidente do SINSEPEs

Blumenau passa por dois movimentos diferentes e complementares que constroem sua urbanização e as experiências humanas no espaço da cidade. De um lado, um profundo investimento na folclorização do cotidiano através de uma estética *kitsch*<sup>1</sup>, que foi iniciado nos anos 1980, e levou para um contínuo investimento econômico e discursivo na identidade germânica e surgimento de uma cidade parque-temático. Erigida como uma cidade cenográfica, feita para o turista e por isso carregada de simulacros, Blumenau tornou-se um dos exemplos típicos da sociedade do espetáculo<sup>2</sup>. O curioso é que este dito “resgate” da identidade local nada mais tem feito do que garantido um processo de homogeneização do espaço, já que não dialoga com o cidadão local e sim com o turista acidental. Assim, mesmo que carregada de uma imagem

histórica, não faz necessariamente referências ao passado local, mas, sobretudo, reproduz modelos muito próximos de um padrão mundial das redes de fast-food, shopping centers e parques temáticos.

O outro movimento refere-se à privatização dos espaços públicos pela especulação imobiliária e a consequente gentrificação (enobrecimento das áreas com expulsão da população mais pobre da cidade). Através de políticas públicas e investimentos privados áreas “revitalizadas”, são na verdade, revalorizadas pelo mercado imobiliário e com isso, levam a população empobrecida para distância ainda maiores das melhores áreas e dos equipamentos urbanos. Ou seja, normalmente os projetos que pretendem revitalizar estão justamente implicados em retirar as vivências populares dos territórios.

Este processo fica ainda mais evidente nas discussões políticas locais em que a tônica esteve na restrição de liberdades democráticas fundamentais da população: o toque de recolher,

a proibição de bebidas nas praças, a perseguição aos malabaristas, a restrição de grupos próximos das escolas, a implantação incessante de câmeras pelas ruas etc. Estas restrições pontuais e sutis estão pautadas em uma divisão da sociedade entre o “homem de bem” e o “homem do mal” e, por isso, ao invés de buscar soluções para os problemas de conflitos urbanos, acabam aumentando a segregação social e simbólica e esvaziando ainda mais as possibilidades de vivências no espaço público. Esta concepção de cidade tende a se caracterizar como uma cenografia em tempo real e permanente, onde a experiência urbana cotidiana acaba resumida à circulação disciplinada por princípios segregadores e despolitizadores. Este processo de empobrecimento da experiência urbana tornou o medo permanente e, por isso, a constante reivindicação da própria população de mais vigilância e mais controle sobre si mesma. Só que esta mesma vigilância acaba produzindo ainda mais medo: o medo da rua, o medo da diferença, medo do contato

e, sobretudo, o medo de estar fora do controle.

Não há o que comemorar com os vinte anos de queda do muro de Berlim. Desde então muros reais e simbólicos não cessam de serem erigidos em nossas cidades. Esta mercantilização do espaço nos divide e separa, e com isso, nos retira o poder de decisão e ação sobre as possibilidades de circulação, socialização e trocas no espaço urbano. Além disso, não cessa de nos retirar a própria possibilidade da existência de uma experiência física urbana enquanto prática cotidiana.

Derrubem os muros! Eles não servem para nos proteger. Eles servem para nos separar.

<sup>1</sup>Como já longamente foi discutido pela historiadora Maria Bernadete Ramos Flores na obra *Oktoberfest*

<sup>2</sup>Fazendo referência ao conceito de Guy Debord de 1967. Além dele, autores contemporâneos como Paola Berentein Jacques fazem uso da sociedade do espetáculo para discutir as apropriações da experiências urbanas pelo capital.